

MAIONE, Leticia Alves; ALEXANDRIA, Raisal Andrade de. Branquitude e branquidade: aprendizagens para um feminismo antirracista. RESC Revista de Estudos SocioCulturais, v1., n.2, dezembro de 2021, p. 40-54, ISSN (Em Solicitação).

BRANQUITUDE E BRANQUIDADE: APRENDIZAGENS PARA UM FEMINISMO ANTIRRACISTA

Critical and acritical whiteness: learning an anti-racist feminism

Leticia Alves Maione¹

Raisal Andrade de Alexandria²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo central realizar um mapeamento inicial das principais referências que tem servido para uma investigação sobre a identidade branca no contexto dos estudos e movimentos sociais feministas. Nosso interesse pelo tema é marcado pela nossa condição de pesquisadoras brancas que, ao nos definirmos enquanto feministas e nos dedicarmos a essa área de estudos, identificamos como o feminismo é marcado pelos interesses de raça e classe. Evidentemente, apesar de compartilharmos este ponto de vista, chegamos a ele através de distintas atividades sociais ao longo da vida. A maternagem, a trajetória de trabalho no acompanhamento de movimentos sociais ou das violências do Estado perpetradas através da fiscalização e aplicação da lei, a relação com uma família de tendência à esquerda ou permeada por conflitos raciais, os diferentes territórios habitados entre o nordeste e o sudeste brasileiro, e até mesmo a militância e o pertencimento anterior à formação acadêmica com foco nos estudos de gênero são algumas delas.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade branca. Feminismos. Movimentos Sociais Feministas. Raça, Classe e Gênero. Trajetórias acadêmicas.

ABSTRACT: The main objective of the present work is to carry out an initial mapping of the main references that have served for an investigation on white identity in the context of feminist social studies and movements. Our interest in this topic is marked by our condition as white researchers who, by defining ourselves as feminists and dedicating ourselves to this area of studies, identify how feminism is marked by the interests of race and class. Evidently, despite sharing this point of view, we arrived at it through different social activities throughout life. Motherhood, the work trajectory in

¹ Bacharela em Relações Internacionais (Ibmec). Mestra em Estudos das Mulheres e Gênero (Uniovi/Unibo). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH da UERN. E-Mail: leticialvesmaione@gmail.com.

² Bacharela em Direito pela UERN. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH da UERN. E-Mail: raisa.a.alexandria@gmail.com.

monitoring social movements or state violence perpetrated through inspection and law enforcement, the relationship with a family with a leftist tendency or permeated by racial conflicts, the different inhabited territories between the Northeast and the Brazilian Southeast, and even militancy and belonging prior to academic training with a focus on gender studies are some of them.

KEYWORDS: White identity. Feminisms. Feminist Social Movements. Race, Class and Gender. Academic trajectories.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central realizar um mapeamento inicial das principais referências que tem servido para uma investigação sobre a identidade branca no contexto dos estudos e movimentos sociais feministas. Nosso interesse pelo tema é marcado pela nossa condição de pesquisadoras brancas que, ao nos definirmos enquanto feministas e nos dedicarmos a essa área de estudos, identificamos como o feminismo é marcado pelos interesses de raça e classe. Evidentemente, apesar de compartilharmos este ponto de vista, chegamos a ele através de distintas atividades sociais ao longo da vida (SAFFIOTI, 1997, 60). A maternagem, a trajetória de trabalho no acompanhamento de movimentos sociais ou das violências do Estado perpetradas através da fiscalização e aplicação da lei, a relação com uma família de tendência à esquerda ou permeada por conflitos raciais, os diferentes territórios habitados entre o nordeste e o sudeste brasileiro, e até mesmo a militância e o pertencimento anterior à formação acadêmica com foco nos estudos de gênero são algumas delas.

O pontapé para este artigo, e não para questionamentos em relação ao tema, tem início durante a disciplina optativa de “Relações Étnico-Raciais” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Durante a segunda aula, a turma debatia sobre racismo e muito se falava sobre a internalização da ideologia racista dominante pelo próprio sujeito que a sofre. Neste instante, houve um momento de mobilização das e dos presentes para uma conscientização sobre a complexidade do quadro, as diferentes reproduções da discriminação por parte de sujeitos negros e brancos, bem como a necessidade de se racializar este último. Entendemos como este processo faz parte de uma importante desnaturalização a fim de desradicar a neutralidade e universalidade que se inventou na construção do sujeito branco, por um lado; e que já não se atribua externamente uma suposta “diversidade” ou “diferença” aos sujeitos negro e indígena.

Um segundo ponto que move a preparação do trabalho se refere ainda às discussões calorosas compartilhadas com nossas companheiras e companheiros de turma desde o começo do curso. As relações étnico-raciais pautaram as nossas conversas no grupo de WhatsApp da turma mesmo quando não constituíam o tema. Mas quando foram tematizadas também apareceram sob a forma de um viés, no mínimo preocupante, de naturalização do mito da democracia racial e da mestiçagem, ignorando o papel desta na construção de uma identidade e coesão nacional violadora de mulheres negras e indígenas (CARNEIRO, 2003) por parte da própria disciplina a qual nos dedicamos. É possível que possamos (re)conhecer os clássicos, a invenção da cultura brasileira e seus romances literários, mas não (re)conhecer a crítica contundente direcionada a alguns dos mesmos? Uma vez introduzida esta justificativa, adiantamos que muito trabalho ainda há de ser feito com vistas a produzir um sujeito de tensionamento em relação à identidade branca que, ao mesmo tempo, refute as “armadilhas e posições de poder da branquitude acrítica” (CARREIRA, 2018, 135).

Nossas elaborações aqui traçadas serão desenvolvidas através de revisão bibliográfica. Para a seleção do material abordado, além de livros e artigos repassados durante a disciplina e leituras de autoras feministas que já tínhamos conhecimento prévio, nos apoiamos em uma pesquisa inicial em periódicos científicos, sobretudo de investigação feminista. É preciso dizer que este passo não obteve muitos resultados, levando-nos a realizar pesquisas livres na internet. As palavras-chaves procuradas foram “branquitude” e “feminismo”. A partir de então, sistematizamos a grande maioria das fontes encontradas nos artigos através de dois quadros que, além de prover um mapeamento inicial para referências no tema, nos dá um breve diagnóstico por disciplinas, tradições e território de teorização/sistematização/pesquisa. O primeiro quadro tratou de fazer essa listagem inicial, enquanto o segundo foi organizado cruzando grupos de disciplinas e tradições feministas.

Por questões de espaço, abandonamos a discussão a partir de autoras latino-americanas que muito nos interessam, e deixando-as como indicação futura. Da mesma forma, muito interessante seria poder comparar como tem sido o enfoque da discussão em contextos de línguas coloniais anglo-saxãs e de um histórico de colonização distinto ao realizado desde a Península Ibérica. Outro importante ponto detectado foi de que a abordagem desses estudos tem sido, principalmente, através dos estudos e metodologias interseccionais, a partir do desenvolvimento do feminismo negro. A partir do quadro, portanto, podemos observar que as referências da sociologia e da história remetem a um movimento de autoras/es mais antigas/os, além dessas disciplinas serem mais utilizadas em contextos que não o brasileiro. Atualmente, em nosso contexto, a abordagem vigente

parece tender mais à psicologia, além de uma forte presença de autoras mulheres e autoras feministas, sobretudo, negras.

AUTORAS		Disciplina/ campo de estudos	Onde desenvolve, atua/sistematiza
A U T O R A S	Camila Moreira de Jesus	Sociologia	Brasil
	Élida Lima de Almeida	Psicologia, estudos feministas	Brasil
	Jota Mombaça	Arte multidisciplinar, teoria cuir	Brasil
	Denise Carreira	Educação	Brasil
	Edith Piza	Psicologia	Brasil
	Maria Aparecida Bento	Psicologia	Brasil
	Diane Lima	Comunicação, artes e feminismo negro	Brasil
	Célia Maria de Azevedo	História/história do racismo e anti-racismo	Brasil
	Sueli Carneiro	Filosofia/educação/feminismo negro	Brasil
	Janet Helms	Psicologia	EUA
	Iray Carone	Psicologia	Brasil
	Frantz Fanon	Psiquiatria, filosofia, marxismo, estudos pós-coloniais	Martinica/Argélia/França
	Lourenço Cardoso	História	Brasil
		Sociologia	
W. E. B. Du Bois	História	EUA	
Alberto Guerreiro Ramos	Sociologia	Brasil	

Liv Sovik	Letras, comunicação e estudos culturais	Brasil
Ruth Frankemberg	Sociologia	EUA/Inglaterra
Vron Ware	Estudos feministas, de gênero, estudos culturais/multiculturalismo	EUA
Luciane Alves	Pedagogia/educação/relações étnico-raciais	Brasil
Lúcio Oliveira	Psicologia	Brasil
Breny Mendoza	Sociologia, ciência política, estudos feministas/crítica da mestiçagem/feminismo latino-americano/estudos decoloniais	Honduras/EUA
Rita Segato	Antropologia/ Estudos feministas, de gênero, racismo e colonialidade, feminismo latino-americano	Brasil/Argentina
Dieuwertje Dyi Huijg	Sociologia, estudos feministas	Brasil/Inglaterra
Bridget Byrne	Sociologia, cidadania, raça, classe, gênero e educação	Inglaterra
Gloria Wekker	Antropologia, feminismo negro, teoria racial crítica, estudos afro-caribenhos	Suriname, Holanda
Paula Rothenberg	Filosofia, estudos feministas, branquitude e marxismo	EUA
Pamela Perry	Sociologia, estudos sobre identidade racial, educação	EUA
Sarah Ahmed	Humanidades, estudos culturais, estudos feministas e pós-coloniais, teoria queer, estudos sobre raça	Australia/Inglaterra
Vívian Matias dos Santos	Psicologia, estudos feministas e decoloniais, epistemologia feminista	Brasil
Eliza Pflucker Herera.	Movimiento feminista de afro-peruanas	Peru

DISCIPLINAS		Autora	Feminismo negro, estudos feministas, de gênero/mulheres, movimento negro	Feminismo América Latina, pós-colonial e decolonial	Feminismo/ língua anglo-saxã, branquitude, teoria racial
D I S C I P L I N A	Psicologia	Élida Lima de Almeida Vívian Matias dos Santos Lúcio Oliveira Iray Carone Janet Helms Maria Aparecida Bento Edith Piza	Élida Lima de Almeida		
	Humanidades (artes, filosofia, literatura, letras)	Sarah Ahmed Paula Rothenberg Liv Sovik Sueli Carneiro Diane Lima Jota Mombaça	Vívian Matias dos Santos Sueli Carneiro Gloria Wekker Eliza Pflucker Herera Dieuwertje Dyi Huijg Denise Carreira Jota Mombaça	Rita Segato Breny Mendoza	Sarah Ahmed Paula Rothenberg Bridget Byrne Vron Wrae
	Sociologia, antropologia	Pamela Perry Gloria Wekker Bridget Byrne Dieuwertje Dyi Huijg Rita Segato Breny Mendoza Ruth Frankember			

		g Alberto Guerreiro Ramos W. E. B. Du Bois Lourenço Cardoso Camila Moreira de Jesus			
	Educação	Denise Carreira Luciane Alves Sueli Carneiro			
	História	W. E. B. Du Bois Lourenço Cardoso Célia Maria de Azevedo			

A CONTRIBUIÇÃO FEMINISTA PARA O ESTUDO E TENSIONAMENTO DA BRANQUITUDE

Nesta seção, destrinchamos a contribuição feminista para o estudo da identidade racial branca desde dois eixos. O primeiro se refere à importância que se nos impõe de traçar o percurso da discussão conceitual implicada na investigação sobre o processo de construção da identidade branca mais ampla para, então, passarmos em seguida, a tratar da apropriação feminista da mesma, trazendo o acúmulo multidisciplinar de autoras/es para indagar a subjetividade de feministas brancas.

Noções em torno da branquitude a/crítica e branquidade

Ao percorrer as leituras feministas que se dedicam à crítica da branquitude encontramos uma trajetória pelas incursões iniciais do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Já no final da década de 1950. Este autor definia “a patologia social do branco brasileiro” a partir de um projeto de objetificação do negro através de pesquisas feitas por brancos, a fim de que

os mesmos se garantissem no topo da hierarquia racial do contexto brasileiro (DE JESUS, 2012). Realizador de importante contraponto feito ao mito da democracia racial de Gilberto Freyre, Ramos instiga a necessidade de as relações raciais serem observadas também a partir da identidade do opressor. Para o autor que cunhou o termo da “brancura” como um importante antecedente conceitual, no centro desta problemática está a negação direcionada à ascendência negra e a influência deste na construção do país (CARREIRA, 2018).

No contexto internacional, é elementar apontar o pioneirismo de autores como W.E.B Du Bois e Frantz Fanon. Detendo-se rapidamente sobre o legado deixado por este último, ressaltamos o contorno dado pelo autor na relação entre o negro e o branco, colonizado e colonizador, através do entrelaçamento de condições objetivas, históricas e subjetivas - definidas por ele como a atitude perante tais condições (FANON, 2008). Uma das teses principais de sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas”³ é disponibilizada ao recusar a existência de uma inferioridade do nativo que é pré-concebida às relações coloniais. Neste sentido, Fanon (2008, 90) é certo ao afirmar sem mais que: “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”. É a cosmovisão trazida pelo branco ao impor categorias e valores tais como “humanidade”, “homem”, “o outro do branco” que irá contextualizar, para Fanon, a criação da inferioridade do colonizado, compreendida a partir de uma criação, um forjamento do colonizador. Em suas próprias palavras:

(...) começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco (...) (FANON, 2008, 94).

Haverá um intervalo até os anos de 1990 para que o debate surja novamente, desta vez nos Estados Unidos, sob a forma de um marco mais recente para a discussão atual. No entanto, a maior referência para as autoras mapeadas aqui ainda se trata de Edith Piza, cujos estudos datam dos anos de 2000. Inicialmente, Piza reconhece a branquitude como resultado de não ser marcada e visibilizada, além da falta de uma consciência do branco sobre suas ações (DE JESUS, 2012). Contudo, o desenvolvimento do pensamento da autora a leva, dentro de alguns poucos

³ Para outras influências de Fanon no pensamento feminista, ver o trabalho de Karina Bidaseca (2018, 32) acerca do discurso sobre mulheres muçulmanas que utilizam o véu e o que ele expõe sobre a liberdade de mulheres ocidentais - e por que não poderíamos dizer da captura de sua identidade? - ao “estabelecer uma diferença entre umas ‘oprimidas’ e ‘outras’ livres”. BIDASECA, Karina. La revolución será feminista o no será: la piel del arte feminista descolonial. Prometeo, 2018.

anos, a restringir esta definição a somente parte de sua visão sobre o tema. Isto é, a identidade racial branca como objeto inominado e de desatenção é produto de uma atitude que a toma como normativa universal, em contraposição a um comportamento crítico que empreende “o esforço de compreender os processos de constituição da branquidade para estabelecer uma ação consciente para fora do comportamento hegemônico e para o interior de uma postura política anti-racista” (PIZA, 2005, 07-08 APUD DE JESUS, 2012). Nota-se que, neste momento, Piza atribui à diversificação da identidade branca os diferentes termos “branquidade” e “branquitude”, respectivamente.

A nova pontuação se mostra convidativa a um relacionamento com a experiência histórica da “negridade” ao compreender uma tentativa de assimilação do negro ao ideal branco ainda no período das agremiações político-culturais negras que, durante a Era Vargas, tinham inclinações integralistas (DE JESUS, 2012). Como produto da história, a branquidade é apresentada pela autora como desprovida de significados intrínsecos, a partir de variações temporais e de lugar, adotando maior maleabilidade ou inflexibilidade a outros eixos de subordinação que modulam o privilégio racial. Com sua reformulação, Piza irá contribuir para que se acumule um esquema mais complexo em torno à noção de uma branquitude/branquidade não homogênea, afirmando a necessidade de investigar o fenômeno em “seus aspectos específicos e mutáveis” (IBID). Ademais, há uma interação do pensamento de Piza com autoras estadunidenses que comprova os caminhos conjuntos perseguidos por pesquisadoras/es no Brasil e nos Estados Unidos sobre como se forma a identidade racial branca formulada em relação às reelaborações realizadas de uma “cultura negra” desde os recalques, desejos, fantasias e um imaginário dos não-negros.

A despeito da autora ser uma grande influência para as autoras que promoveram os estudos sobre identidade branca no feminismo que aqui nos apoiamos, é notável que o cenário brasileiro não adere ao novo termo, mas opta pelas definições de Lourenço Cardoso (2008 APUD CARREIRA, 2018, 132) de “branquitude crítica” e “branquitude acrítica” para defender distinções e contextualizações específicas e dinâmicas. Não poderíamos omitir desse quadro geral sobre a literatura envolvida em nosso tema as contribuições mais recentes de Liv Sovik e John Nervell que trazem em seus trabalhos as sofisticadas do modelo brasileiro de branquitude racista a partir do ideal de mestiçagem - “somos uma mistura de raças” - em ambiguidade com uma ascendência européia exaltada. A branquitude como manutenção do status quo ainda aparece como vacilação diante de práticas racistas, levando a estratégias de isolamento nos diversos espaços,

segundo Maria Aparecida Bento, outra grande referência com a qual fechamos essa subseção.

Feminismo e branquitude: estudos empíricos e modelos desde o feminismo antirracista

Dando seguimento com nossa discussão, neste espaço, daremos atenção à abordagem feminista propriamente dita sobre a branquitude. Neste sentido, nossa primeira inspiração surge por meio de Élide de Almeida (2019, 1605) que suscita em sua indagação sobre “como a branquitude se expressa no feminismo brasileiro hoje e como pode afetar o surgimento de novos modos de existência feminista e de experiência política”. Nesta altura, compreendemos que ao mesmo tempo que tal contenda é atribuída às margens do feminismo, ela cultiva as brechas para a gestação de conceitos e práticas antirracistas e anticoloniais, conforme argumenta de Almeida (2019).

Para essa autora, o passado colonial brasileiro estaria por trás do apagamento de algumas identidades políticas, relacionado ao apagamento da identidade branca no processo histórico brasileiro. Subitamente, de Almeida (2019) toca em ponto nevrálgico da política feminista no Brasil: como pode esta ignorar o fato histórico de que este território recebeu, em relação ao mundo inteiro, o maior número de pessoas escravizadas (60%), e que os fatos de o Brasil ser o primeiro e o último a aderir e abolir o rapto são centrais em nossa formação nacional? Evidentemente, a autora não se refere à tradição do movimento de mulheres negras que vem denunciando a negação da racialização das mulheres, o impacto na vidas delas, bem como em seu processo de resistência individual-coletiva, que vai além do movimento feminista. Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, entre tantas outras, compõem um quadro intelectual-político, muitas vezes ignorado quando da retrospectiva feminista durante o momento de efervescência do movimento nos anos de 1970-1980.

Em “Enegrecendo o feminismo”, Sueli Carneiro (2003) dá continuidade à crítica do feminismo negro no Brasil. Na década de 2000, a autora se debruça sobre a experiência histórica de mulheres negras ao não ser reconhecida pela abordagem clássica do movimento de mulheres, bem como o impacto nas identidades das mesmas ocasionado pela opressão sofrida. Destaca ainda a apropriação social que se dá das mulheres das camadas mais baixas em contextos de colonização/histórico colonial. No caso do Brasil, Carneiro (2003) rechaça a “grande teoria do esperma em nossa formação nacional”⁴ desde a qual “a violência sexual de mulheres

⁴ Para aprofundar essa formulação, ver também “El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje en Nuestramérica”, da autora Francesca Gargallo (2009).

negras (e indígenas) foi convertida em romance” (GILLIAM APUD CARNEIRO, 2003). A autora expõe, ademais, a relação antagônica entre mulheres brancas de classes altas e trabalhadoras domésticas negras, dialogando com as contribuições do feminismo decolonial latino-americano o qual não teremos espaço para discutir, infelizmente⁵. Como síntese última, lista uma série de pontos da agenda feminista cujas demandas das mulheres negras seriam negligenciadas. São eles: saúde, estética/padrão de beleza, religiosidade/cultura, precarização do trabalho, universo simbólico, violência e políticas demográficas⁶.

Além das autoras observadas até aqui, foi possível encontrar dois estudos de destaque (uma dissertação de mestrado e um artigo) sobre o nosso recorte em branquitude e feminismo. Ao produzir material empírico e chegarem a teorizações importantes, fazem um aporte significativo, seja ao tema primário sobre branquitude, seja à práxis feminista. Ambos demonstram um forte traço metodológico para trabalhar com identidade racial branca de feministas, buscando olhar para as suas nuances, contextos, e escapando à essencialização. No entanto, os caminhos seguidos são bem diferentes.

O trabalho de Geórgia Marcinik (2018) foca o processo de racialização de feministas brancas como posicionamento na luta anti-racista. Para tal, a autora discorre o percurso metodológico optado, explicando que partiu de selecionadas que tivessem uma sensibilidade à questão, com o objetivo de analisar o que ocorre quando mulheres brancas feministas estão dispostas a dialogar sobre sua condição racial. Como dito anteriormente, Marcinik (2018) segue a tendência de estudos feministas dedicados à branquitude em seu desenvolvimento desde uma metodologia e perspectiva interseccional⁷. Dessa forma, reivindica a branquitude como sendo algo que integra uma

Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-37012009000200002.

⁵ A construção de um sujeito mulher moderna e livre com base em uma relação com um sujeito mulher “não moderna” é comentado pela autora Yuderkis Miñoso em seus trabalhos.

⁶ Um excelente exemplo a ser vislumbrado seria a ênfase sintomática do movimento ao quarto motivo que mais conduz à mortalidade materna no Brasil - relacionado à criminalização e falta de acesso a práticas de aborto, em detrimento do primeiro - referente à pressão alta/eclampsia. Durante a pandemia, igualmente, o movimento olhou primeiro para a inacessibilidade do aborto legal do que para as mortes de gestantes devido à covid-19. As gestantes brasileiras representaram a 70% da mortalidade materna mundial relacionada à covid-19 até junho de 2020. Para mais detalhes, consultar os artigos: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ijgo.13300>; <https://academic.oup.com/cid/advance-article/doi/10.1093/cid/ciaa1066/5877027>.

⁷ O modelo interseccional corresponde a enxergar as opressões de classe, gênero, raça, sexualidade de forma horizontal, através de oposições que não são excludentes. Compreende também outras opressões que não as mencionadas acima, consideradas horizontalmente.

lógica de poder - na qual se baseia o feminismo hegemônico - que ignora marcadores sociais de diferença que não o gênero. Além disso, chama a atenção para como sua consequência é o (não) enfrentamento da identidade racial branca a partir da suposição de igualdade nas relações entre mulheres.

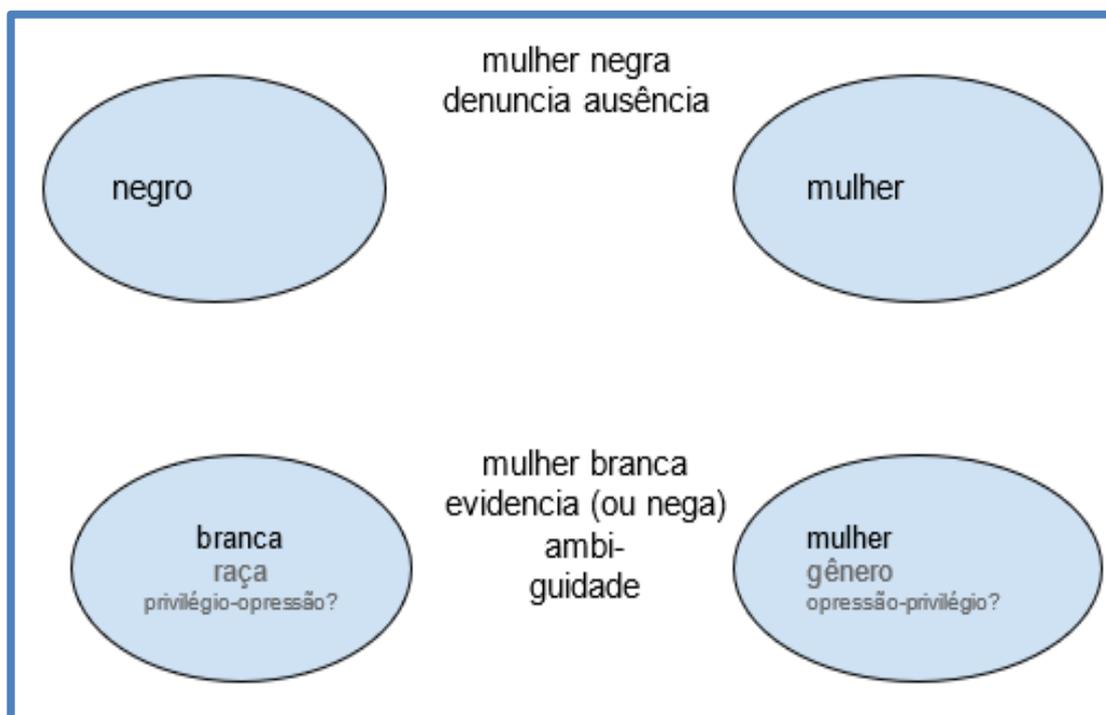
Trazendo os relatos autobiográficos das entrevistadas, aponta como elas são interpeladas por outros eixos de opressão, como a cisgeneridade. A autora pontua, porém, que ainda que haja um reconhecimento das relações raciais por parte delas, relações de vantagem estrutural persistem no plano material e simbólico. As entrevistadas retroalimentam esta premissa revelando que percebem que a maioria dos espaços feministas é dominado por mulheres brancas. Contudo, ao serem questionadas quanto a exemplos de práticas racistas, há dificuldades de apontar episódios, processos, situações racistas concretas no movimento que tenham presenciado e mencionam que estas se dariam mais através de expressões subjetivas.

A autora conclui sua pesquisa com indicações sobre a necessidade de práticas visando “horizontalizar os privilégios” (MARCINIK, 2019, 103). Nesta direção, aponta que dois posicionamentos são identificados entre as ativistas brancas. O primeiro se orienta a uma postura salvacionista que facilitaria “o acesso de pessoas negras à educação, à cultura” (IBID, 102). O segundo incorpora um horizonte de participação na luta e de uma preocupação em como se articular nesta. A investigação teórico-política sobre as relações sociais, e sobre a sua posição nestas, bem como a disputa com pessoas brancas, também estaria compreendida neste posicionamento. Há uma forma de Marcinik (2019) em lidar com a questão, porém, que nos incomoda e à qual apontamos divergência nesta compreensão. Trata-se da concepção de que “a desconstrução do racismo só acontecerá quando os praticantes ou beneficiários deste sistema também se comprometerem com a causa”, enquanto nos alinhamos à crença de que depende da tomada do oprimido, contando com a solidariedade articulada com outros sujeitos (MARCINIK, 2019, 100). Estaria a autora ela mesma flertando com uma prática da “salvação”? Seria ela levada a essa concepção devido à premissa estritamente discursiva e subjetivista remetida por um tipo de visão do feminismo sobre a interseccionalidade?

Enquanto isso, Dieuwertje Huijg (2011) se concentra nas construções problemáticas e de maior contraditoriedade entre a apropriação e a atribuição de identidade, a ideologia e a práxis ativista. A autora aponta como um dos resultados as estratégias de deslocamento de conflito por parte de jovens ativistas entre sua identidade racial (ao se perceberem como parte do opressor) e sua ideologia antirracista (direcionada contra a opressão). Esse deslocamento, e invisibilização da identidade branca, segundo a autora, se faz através do eixo de marginalização experimentado

através do gênero. Mais uma vez, a interseccionalidade é convocada para este tipo de investigação. Porém, encontramos que, nesta ocasião, ela é manuseada de modo a evidenciar perspicazmente como a experiência diferenciada da interseccionalidade em dois eixos de opressão pode apontar um tipo de ambiguidade.

Faz-se necessário retomarmos como o potencial da interseccionalidade já foi explicado pela autora Maria Lugones (2014), precursora da perspectiva decolonial, por evidenciar que categorias homogêneas, como “negro”, “mulheres” e “pobres”, são impenetráveis às experiências e ao sujeito “mulheres negras”. Para a autora, esta ferramenta tem revelado a ausência das mulheres negras ao invés de sua presença devido à atomização, fragmentação e dicotomização que a lógica categorial moderna promove. De maneira análoga, propomos que a interseccionalidade no estudo de Huijg (2011) aponta para como a experiência de mulheres brancas contraria uma descrição da opressão (universalizante) de gênero. Desde outro arranjo teórico, Heleieth Saffioti (1997) foi capaz de empreender um esquema para trazer à tona um sujeito para o feminismo a partir da imbricação ou modelo do nó entre raça, classe e gênero. No reafirmar de uma teoria da subjetividade a partir das relações sociais, a autora se opõe a uma noção do sujeito engendrado a partir da diferença sexual. Ao contrário, a sua disposição é reconhecer um sujeito não unificado, tampouco dividido, porém, contradito, e finalmente, múltiplo.



Se, então, a interseccionalidade serve para manifestar-se em relação à dicotomia e universalização, promovida sobre o gênero desde um

pensamento binário, a denominação de Saffioti (1997) se mostra de alta importância enquanto proposta de síntese para visualizar a multiplicidade e contradição desses sujeitos. No modelo saffiotiano:

há uma dimensão fusional importante, que elimina o caráter dicotômico emprestado ao sujeito-objeto pensado cartesianamente. O sujeito integra permanentemente a realidade objetiva com a qual interage. Desta sorte, sujeito-objeto não é dado, ou sujeito e objeto não são dados, mas derivam da atividade, ou seja, do viver a vida, do produzir e reproduzir a vida em todas as suas dimensões” (SAFFIOTI, 1997, 60).

Desde Saffioti (1997, 60), a compreensão da práxis, como atividade social, é totalmente central na construção da identidade, implicando o que a autora entende como a “reapropriação psíquica de um patrimônio social não-psíquico” (IBID) que, se assim fosse encarada pelas ativistas brancas do estudo de Huijg (2011), não poderiam as mesmas entender em sua práxis ativista um modo de enfrentar as contradições de ser mulher branca em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista como a brasileira?

Chegando ao fim de nossas leituras, Saffioti (1997) se apresenta como uma sugestão muito interessante para a superação de um sujeito feminista excludente, por um lado, ao passo que demonstra uma possibilidade de sujeito que se apropria de suas relações sociais, e produz objetivações através de suas práticas em sociedade. Há quem fale da proximidade da autora com o modelo interseccional. No entanto, resgatamos que há diferenças significativas entre o nó de Saffioti reconhecer a existência de sistemas articulados de exploração-dominação, e a interseccionalidade se dedicar a múltiplas opressões parecendo compreender maior abertura para a definição de quais seriam estas. Esta última apreensão solicita, portanto, que nos detenhamos neste estágio de nossas elaborações, a fim de, prudentemente, continuarmos nossa investigação sobre o encontro de modelos feministas antirracistas de produção de subjetividade-objetividade. Por ora, ficamos com os achados introdutórios sobre a construção da identidade racial branca de feministas a partir de estudos mapeados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi em busca das principais referências para os estudos sobre feminismo e branquitude, sem obviamente esgotá-lo. Através da construção de quadro referencial, pudemos detectar que há a abordagem interseccional desenvolvida pelo feminismo negro se destaca entre tais estudos. Há um movimento multidisciplinar muito forte que aporta ao mesmo, tendo preponderância de algumas disciplinas a depender da época. Se em fases mais remotas, a sociologia e a história contribuíram mais; atualmente, a psicologia vem se acentuando. De uma maneira geral, há uma forte presença de autoras negras feministas.

Ao percorrermos os conceitos de branquitude e branquidade, foi possível perceber a evolução de seus enquadramentos que olharam para os

contextos históricos e estruturas, mas sobretudo para as identidades. Quando foi a vez de aterrissar no feminismo, observamos como o próprio percurso desses estudos em relação à identidade racial anuncia como são aquelas que sofrem a racialização enquanto desvantagem, as principais a trazer o tema. Enquanto as racializadas enquanto brancas, e que vivenciam a racialização como privilégio, tendem a ignorar ou até mesmo buscar manter uma invisibilidade do tema senão fosse a pressão das abordagens que o explicitam. Esse, porém, não é o caso da autora abordada, Heleieth Saffioti que, apresentou um modelo de subjetividade do sujeito feminista de extrema relevância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Élida Lima de. Anti-colonizar os afetos da branquitude no feminismo brasileiro. *Brazilian Journal Development*, v. 5, n. 2, pp. 1603-1610, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra da América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.

CARREIRA, Denise. O Lugar dos Sujeitos Brancos na Luta Antirracista: Provocações e pautas para conversas.

FANON, Frantz. *Pele Negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HERERA, Eliza Pflucker. *Diversas en desigualdades*. In: *Presentación al XIV Encuentro Feminista de Latinoamérica y El Caribe*. Montevideú, 2017.

HUIJG, Dieuwertje Dyi. "Eu não preciso falar que eu sou branca, cara, eu sou latina!" ou a Complexidade da identificação racial na ideologia de ativistas jovens (não) brancas. *Cadernos Pagu* [online], n. 36, p. 77-116, 2011.

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. In: *Anais do III EBECULT – Encontro Baiano de Estudos em Cultura*, 2012.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade*. *Lutas sociais*, n. 2, p. 59-79, 1997.